



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

HALAN HELRY BARBOSA DE SENA

**REGIMES DE INFORMAÇÃO E O MODELO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE
HARLAN: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA PARA A INVESTIGAÇÃO DAS BOLHAS DE
DESINFORMAÇÃO**

FORTALEZA

2022

HALAN HELRY BARBOSA DE SENA

REGIMES DE INFORMAÇÃO E O MODELO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE
HARLAN: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA PARA A INVESTIGAÇÃO DAS BOLHAS
DE DESINFORMAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, para fins de avaliação da Disciplina de Monografia II, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S477r Sena, Halan Helry Barbosa de.
Regimes de Informação e o Modelo de Práticas Informacionais de Harlan : uma contribuição crítica para a investigação das bolhas de desinformação / Halan Helry Barbosa de Sena. – 2022.
55 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.
1. Teoria Crítica da Informação. 2. Competência Crítica em Informação. 3. Estudos de usuários. 4. Modelo de Práticas Informacionais de Harlan. 5. bolhas de desinformação. I. Título.

CDD 020

HALAN HELRY BARBOSA DE SENA

REGIMES DE INFORMAÇÃO E O MODELO DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE
HARLAN: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA PARA A INVESTIGAÇÃO DAS BOLHAS
DE DESINFORMAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará, para fins de avaliação da Disciplina de Monografia II, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Isaura Nelsivânia Sombra Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Wagner Chacon Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Arnaldo Nunes da Silva (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A minha mãe, Liduina e ao meu pai, Júlio, que não têm esses estudos ... mas formaram 3 filhos, mulher de fé e homem trabalhador!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

A minha família.

Aos meus amigos(as), nas pessoas de José Álvaro e Sandra Vieira.

Ao Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes, pelo incentivo e orientações.

Aos docentes da Banca examinadora: Prof.^a Dra. Isaura Nelsivânia Sombra Oliveira, Prof. Dr. Antônio Wagner Chacon Silva e Prof. Dr. Arnaldo Nunes da Silva (suplente).

E a todos os outros que me auxiliaram nesta jornada: Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa, Prof.^a Dra. Kelma Lima Cardoso Leite, Prof. Dr. Átila Amaral Brilhante, Prof. Dr. Osvaldo de Souza, Prof.^a Dra. Lídia Eugênia Cavalcante, Prof.^a M.^a Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso, Prof. Dr. Hamilton Rodrigues Tabosa, Prof. M.e Márcio de Assumpção Pereira da Silva, Prof.^a Dra. Gabriela Belmont de Farias, Prof.^a Dra. Maria Giovanna Guedes Farias, Prof.^a M.^a Denyse Maria Borges Paes, Prof.^a Dra. Virgínia Bentes Pinto, Prof.^a Dra. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra, Prof.^a Dra. Maria de Fátima Oliveira Costa, Prof. Dr. Claudicelio Rodrigues da Silva, Prof.^a M.^a Adriana Nóbrega da Silva, Prof.^a Dra. Andréa Soares Rocha da Silva, Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho.

Às bibliotecárias Izabel Lima, Irlana Araújo, Rafaela Carvalho, em nome de quem eu agradeço aos mestrandos que compartilharam algum conhecimento, seja em uma oficina, palestra, ou no seu estágio docência à época, e que hoje já podem estar em outros caminhos.

À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que me concedeu duas bolsas de Iniciação Acadêmica, além do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que me concederam uma bolsa de Iniciação Científica, que contribuíram em muito para que eu chegasse até aqui.

À bibliotecária Ana Rafaela Araújo, antes de tudo, pelo compartilhamento de conhecimentos; e depois, por aceitar supervisionar a mim, José Álvaro e Anderson Duarte, durante o nosso Estágio supervisionado, na Biblioteca Central do Campus do Pici (BCCP).

À Biblioteca de Ciências Humanas (BCH), nas pessoas de Juliana Lima e Edvander Pires, pelo amor à profissão e competência.

Às secretárias Fábيا Nascimento (Graduação) e Veruska Maciel (PPGCI).

E aos demais servidores e funcionários do bloco Ícaro de Souza, na pessoa do Sr. Gilmar.

“Talvez seja mais importante, antes de nos fixarmos em como melhorar um carburador, perguntar para onde o carro está indo” (BERND FROHMANN, 1995, p. 4).

RESUMO

Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica de abordagem qualitativa, e como uma pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos metodológicos e de cunho exploratório quanto aos objetivos. Aponta a Teoria Crítica da Informação e o Modelo de Práticas Informacionais de Harlan como alternativas de abordagem para a investigação das bolhas de desinformação. Discorre sobre a importância da Competência Informacional e da Competência Crítica em Informação (CCI) para a abordagem dos diversos fenômenos informacionais encontrados nos regimes de informação vigentes, como pós-verdade, *fake news*, infodemia, bolhas filtro, câmaras de eco, e a própria desinformação. Expõe os Estudos de usuários desde a sua origem até o Modelo de Práticas Informacionais de Harlan. Teve como objetivo central apontar a pertinência da Teoria Crítica da Informação e do Modelo de Práticas Informacionais de Harlan para o estudo de bolhas de desinformação. Conclui que a Teoria Crítica da Informação e o Modelo de Harlan são aptos para investigar as práticas informacionais dos sujeitos inseridos em ambientes de bolhas de desinformação.

Palavras-chave: Teoria Crítica da Informação; Competência Crítica em Informação; Estudos de usuários; Modelo de Práticas Informacionais de Harlan; bolhas de desinformação.

ABSTRACT

It is characterized as a research of a basic nature of qualitative approach, and as a bibliographical research regarding methodological procedures and exploratory nature regarding the objectives. It points to Critical Theory of Information and the Harlan's Model of Informational Practices as alternative approaches to the investigation of disinformation bubbles. It discusses the importance of Informational Competence and Critical Competence in Information (ICC) for addressing the various informational phenomena found in current information regimes, such as post-truth, fake news, infodemia, filter bubbles, echo chambers, and disinformation itself. It exposes User Studies from its origin to Harlan's Model of Informational Practices. Its main objective was to point out the relevance of Critical Theory of Information and the Harlan's Model of Informational Practices for the study of disinformation bubbles. It concludes that the Critical Theory of Information and the Harlan Model are able to investigate the informational practices of subjects inserted in environments of disinformation bubbles.

Keywords: Critical Theory of Information; Critical Competence in Information; User studies; Harlan's Model of Informational Practices; bubbles of disinformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação de espaço atitudinal	30
Quadro 1 – Principais paradigmas da Ciência da Informação	33
Quadro 2 – Principais abordagens do paradigma centrado no usuário	35
Quadro 3 – Teorias das Ciências Sociais e Humanas que fundamentam as práticas informativas	37
Figura 2 – Modelo de práticas informativas em comunidades digitais de Harlan	41
Quadro 4 – Categorias de Experiências de Informação e Ações Informativas	43
Figura 3 – Mapa conceitual de Práticas Informativas de Harlan	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO	14
2.1	A Competência Informacional e a Competência Crítica em Informação (CCI)	16
3	REGIMES DE INFORMAÇÃO	19
3.1	Regimes de Verdade	20
3.2	A Cotidianidade de Heller	24
3.3	As Bolhas de Desinformação	25
4	DOS ESTUDOS DE USO ÀS PRÁTICAS INFORMACIONAIS	32
4.1	Quadro Intelectual e Teórico Norteador das Práticas Informacionais	37
4.2	Modelo de Práticas Informacionais de Mary Ann Harlan	40
5	PERCURSO METODOLÓGICO	45
6	DISCUSSÃO	48
7	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento da produção dos documentos digitais, desde o advento mais primevo da documentação assistida pela computação até os dias de hoje, com a migração massiva de atividades presenciais para o meio digital, como de ensino e aprendizagem, trabalho remoto, e outras, impulsionada pela pandemia de COVID-19, aí é que precisaremos de novos olhares que não separem a informação do seu viés social, subjetivo, ecossistêmico ou holístico, que permita transitarmos de forma transdisciplinar entre os saberes.

De outra forma, incorreremos nos mesmos erros de situações passadas, como quando das Grandes Guerras, onde mudanças radicais atingiram a sociedade mundial, no seu modo de viver, de produzir, de fazer cultura e ciências, e que nos trouxeram ao atual cenário. Serão necessárias e urgentes novas abordagens da Ciência da Informação, como as alicerçadas na Teoria Crítica da Informação, que vai com propriedade, de encontro ao atual capitalismo informacional, principalmente o de plataformas digitais, transformadoras de tudo quanto é valor, simbólico ou não, em objeto de mercado, e de verdadeira adoração pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, as famigeradas TDIC, ao mesmo tempo autofágico e regenerativo, inovador e perspicaz em se reproduzir e se constituir como modelo quase único de produção material e imaterial, do Ocidente ao Oriente, do Norte ao Sul do planeta.

Como criticar a Alphabet, proprietária da Google, ou a Microsoft e suas assemelhadas, exemplos de estruturas do regime de informação global, e promissoras a se perpetuarem ao longo do tempo, se suas ferramentas estarão mais onipresentes em nossas vidas pós-pandemia, seja nas tecnologias de ensino e aprendizagem, nas empresas, nos governos, nas chamadas cidades inteligentes? Crítica que poderia ser tomada por todos, como urgente e necessária, pelos resultados sociais, econômicos e ambientais que hoje se apresentam-nos, com gravíssimos riscos à democracia e aos direitos humanos, e incensados como progresso aos quatro cantos do globo terrestre, com promessas de um futuro promissor às próximas gerações, ou até mesmo à atual, como da internet por micro satélites.

Promessas essas que nunca chegam, em verdade, visto que os prejuízos das últimas graves crises econômicas e sociais provocadas pelo modelo do qual faz parte o atual regime informacional, sempre foram socializados, ou seja, a conta foi paga por todos, ao contrário dos seus resultados supostamente positivos, que só se concentraram cada vez mais, em nichos da sociedade que já tinham ou passaram a ter um considerável acesso aos benefícios da tecnologia, número muito aquém das necessidades atuais. É como se o modelo promettesse democratizar e

universalizar o acesso aos seus benefícios, mas as condicionantes reais e materiais fossem solapadas pelo próprio sistema do modelo.

Como podemos ver na atual pandemia da COVID-19, onde uma pequena parte dos países detêm a grande maioria das patentes da área da saúde, e que resistem até mesmo a uma suspensão temporária desses direitos para vacinar as populações de países como da África, por exemplo. A despeito das promessas em cúpulas e discursos em conferências internacionais onde se tratou do tema, o que se vê é o contrário: uma das primeiras medidas do novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao tomar posse em janeiro de 2021, foi restringir a exportação de suprimentos relacionados ao combate à pandemia da COVID-19, até que a população americana estivesse totalmente vacinada, o que à primeira vista, seria algo lógico, se não fosse trágico, porque seguido de países, como a Índia e a China, em vez de somarem esforços.

Vivemos em um momento crítico de mudança de paradigma civilizatório, com rápidas transformações, que resultam em fenômenos informacionais complexos (infodemia, filtros bolha, desinformação *etc*), que por vezes, têm se constituído em objetos de estudos multidisciplinares. A Ciência da Informação, por sua natureza transdisciplinar, não tem passado despercebida por esses fenômenos, tendo sido até mesmo atravessada por tais problemáticas desafiadoras, apresentando-se com o seu rico histórico epistemológico e teórico adequada a tais estudos, por exemplo, ao buscar novas abordagens acerca dos regimes de informação e das práticas informacionais que ocorrem em ambientes digitais. Dessa forma, indica-se como **problemática** desta pesquisa: Como investigar as práticas informacionais dos sujeitos envolvidos em bolhas de desinformação?

Alinhado a essa problemática o presente trabalho tem como **objetivo geral** apontar a Teoria Crítica da Informação e o Modelo de Práticas Informacionais de Harlan como alternativas de abordagem ao fenômeno das bolhas de desinformação. Nessa perspectiva, elenca-se como **objetivos específicos**: caracterizar a Teoria Crítica da Informação; discutir a importância da Competência Crítica em Informação (CCI), como perspectiva de abordagem da Ciência da Informação para fenômenos informacionais contemporâneos, como pós-verdade, *fake news*, infodemia, bolhas filtro, câmaras de eco e desinformação; demonstrar a conveniência do Modelo de Práticas Informacionais de Harlan para a investigação das bolhas digitais de desinformação.

Doravante, relata-se a organização dos capítulos que se seguem após a Introdução, e de forma sucinta os principais pontos abordados em cada capítulo, como forma de demonstrar a organização da estrutura do trabalho.

No capítulo 2, faz-se uma síntese dos conceitos da Teoria Crítica da Informação, da Competência Informacional e Competência Crítica em Informação (CCI), bem como suas origens e objetivos.

No capítulo 3, são abordadas as origens do conceito de regimes de informação, desde os fóruns internacionais até aos níveis organizacionais locais. Apresenta-se o conceito de regimes de verdade como a pretensão do novo regime informacional global em ser a verdade; e a problematização desta verdade totalizante pelo relativismo pós-moderno, além dos conceitos de pós-verdade, *fake news*, desinformação, bolhas filtro e câmeras de eco. Trata também da importância da suspensão da cotidianidade de Heller, e finalmente, das bolhas de desinformação.

No capítulo 4, realiza-se um abrangente apanhado dos Estudos de usuário, onde são retratados os principais paradigmas da Ciência da Informação, e que levaram às abordagens de estudos de usuários centrados nos sujeitos, que por sua vez, possibilitaram os estudos sobre as práticas informacionais dos indivíduos. Além disso, aponta as Teorias das Ciências Sociais e Humanas que contribuíram para a fundamentação das práticas informacionais, a fim de embasar uma melhor compreensão do Modelo de Práticas Informacionais de Harlan, explanado ao final do capítulo.

O capítulo 5 apresenta o percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa, bem como a sua caracterização, apontando os procedimentos usados na coleta dos dados e na construção do arcabouço teórico que fundamentaram a escrita do trabalho.

O capítulo 6 se propõe a discutir algumas das principais questões que perpassam o trabalho, dada a amplitude e complexidade dos fenômenos informacionais aqui estudados, como a questão do direito à privacidade e à proteção dos dados digitais, do que pode ser feito para mitigar os efeitos negativos das TDIC, a fim de apresentar alguns diagnósticos mas também alguns caminhos que conduzam às soluções.

Finalmente, no capítulo 7, apresenta-se a conclusão em consonância ao que se propôs quanto aos objetivos.

2 TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO

A denominada Escola de Frankfurt foi como ficou conhecido o círculo de intelectuais e filósofos reunidos no Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, sob a direção de Max Horkheimer, do qual fizeram parte figuras como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm, Jürgen Habermas e Axel Honneth.

Seu programa visava alcançar uma teoria crítica da sociedade, tendo sido interrompido pela ascensão nazista, o que levou a maioria do seus integrantes ao refúgio nos Estados Unidos, junto à Universidade de Columbia. Seu objetivo era não só entender as razões ou motivos das coisas serem como são, mas os porquês de outros jeitos não são, e se seriam possíveis esses outros jeitos, por quais caminhos se poderia até eles chegar.

Sob perspectiva materialista dialética de Marx, entre a razão puramente abstrata, demonstrada matematicamente, de Descartes e o empirismo puro, de que o conhecimento surge das experiências humanas, de Hume e outros, e o meio-termo crítico Kantiano que se dedica menos a questão ontológica do que é o ser, isto é, a essência das coisas, em última instância, e mais ao que se pode conhecer racionalmente, Horkheimer e Marcuse, deslumbrando com acuidade crítica à História, uma teoria social, e tomando a Filosofia de Hegel, Engels e Marx, além de Györky Lukács, aprofundaram o seu intento, que não dicotomizasse a Ciência e o ser humano, ser cognoscente histórico; a técnica e o social; a economia e o cultural. Tudo isso com o intuito de fazer com que a técnica, a Ciência e a tecnologia fossem aplicadas de maneira a servir ao homem e não o alienar.

Sendo assim, a Teoria Crítica da Informação deve surgir de dentro do próprio campo, não podendo ser de outra forma, criticando as suas próprias fundamentações, teorias, epistemologias, olhares, abordagens e metodologias de organização do conhecimento e da informação, dos dados, dos metadados, que têm possibilitado feitos extraordinários, como a produção da vacina contra a COVID-19 em tempo recorde, resultado da sinergia de esforços de pesquisadores de todo o mundo envolvidos com as pesquisas relacionadas à COVID-19, através das redes de comunicação e de troca de informações e conhecimento. No entanto, ao mesmo tempo, dados e metadados em redes também vêm impulsionando a ação de movimentos antivacina, suscitando importantes debates como a questão da inteligência artificial e da discriminação algorítmica, da nossa liberdade de expressão e privacidade, do direito ao esquecimento nas redes, do uso (e mal uso) desses dados.

A ponto da pesquisadora Shoshana Zuboff, em sua participação no documentário intitulado O dilema das redes, explanar a sua proposição radical de proibição do mercado de

dados dos usuários das redes sociais. Para ela, seria algo parecido com o que já foi feito quando foi proibido o mercado de escravos, por exemplo, e pode ser feito (THE SOCIAL dilema). Nessa produção da Netflix, fundadores, ex-funcionários, colaboradores e investidores, testemunhas importantes e conhecidas no mundo das *big techs*, que passaram por empresas como Google, Meta, Twitter, Pinterest, Uber e outras, detalham com preocupação o modelo de negócio dessas megacorporações.

Seus relatos, de uma transparência rara no mundo dos negócios, evidenciam que o modelo de negócio dessas empresas são os usuários – através de seus dados e metadados, mapeados e registrados minuciosamente, em níveis profundos de detalhes de todas as suas ações em suas plataformas, e a partir delas, em toda a Internet. Esses dados são compilados e vendidos em forma de perfil para publicidade, principalmente, até onde se sabe.

O nível de precisão é alcançado com uso de técnicas de *deep learning* – aprendizado de máquina (*machine learning*) mais aprofundado ou sofisticado: entrada de dados, seguida de processamento com instruções, que a máquina treina até atingir o objetivo desejado, ou a entrega do resultado requerido na saída do sistema. Esse processo se dá em camadas sucessivas de aprendizado, com mais redes de dados, estruturados, qualificados, conceituados (análise de sentimentos, marcação de fotos *etc*), e mais conectados, a cada camada, capaz afinal, de inferências precisas – aliadas às técnicas de *design* e de psicologia comportamental, que têm a capacidade de persuadir os usuários a modificarem o seu comportamento, através de estímulos ou reforços de recompensa, aumentando o engajamento. Levando os contatos desses usuários a se conectarem cada vez mais com esses mesmos usuários, e, por sua vez, esses contatos a se conectarem com mais outros usuários, e assim sucessivamente, em verdadeiras bolhas de usuários da rede, bolhas de usuários de informação, o que leva ao crescimento exponencial e “orgânico” da plataforma como um todo, e ao principal de seu objetivo: levar os usuários a comprarem um produto, um *hobby*, uma ideia, um caminho, um candidato, uma ação, o que lhe for oferecido pelo anunciante, propriamente dito, ou sob esse disfarce; a dedicarem mais de sua atenção ao conteúdo dos anunciantes que aparecerem em suas redes sociais ou plataformas digitais nas telas dos seus dispositivos que estejam usando em determinados momentos ou atividades.

Nesse sentido, é também uma economia da atenção, no sentido de que quanto mais tempo, os usuários permanecem conectados a essas plataformas, elas mais vendem e lucram. O abuso é tão grande que vemos algoritmos de plataformas como Youtube, do Google, alavancar conteúdos totalmente estapafúrdios, como: teorias conspiratórias ligadas ou não a políticos,

ineficácia de vacinas comprovadamente eficazes, teorias terraplanistas. Sem falar, nas reportagens sérias do jornalismo profissional, que denunciam a prática de plataformas como TikTok e outras, de direcionamento de conteúdos flagrantemente deletérios para a saúde mental de adolescentes, por exemplo. Resumindo, elas lucram com o anunciante que engajar ou pagar mais. Sem serem responsabilizadas pelas consequências, isso é muito grave e inédito na História, pela magnitude que essas plataformas alcançaram em todos os setores da sociedade.

2.1 A Competência Informacional e a Competência Crítica em Informação (CCI)

Bezerra (2019) faz um verdadeiro apanhado e uma espécie de arqueologia dos termos na literatura da Ciência da Informação na obra denominada IKritika: estudos críticos em informação. Encontrando expressões como:

- a) *information literacy* (alfabetização informacional);
- b) competência em informação;
- c) competência informacional;
- d) letramento informacional;
- e) literacia da informação;
- f) alfabetización informacional;
- g) *critical information literacy* (competência informacional crítica).

Partindo de uma visão mais instrumental, de dotar um indivíduo de capacidade ou habilidade em buscar e encontrar informações necessárias às soluções de problemas de forma eficaz, independente de suporte, meios ou canais, até a uma perspectiva crítica, por exemplo, à ideia de aprendizado ao longo da vida (*lifelong learning*), como podemos ver em sua seguinte citação:

Para enfrentar desafios tecnológicos e reverter desvantagens, cabe ao indivíduo ser ‘competente’ em informação, estando isentos de qualquer prestação de contas os verdadeiros responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais que se abatem sobre o indivíduo considerado ‘incompetente’. (BEZERRA, 2019, p. 55).

Para além do campo da Ciência da Informação encontraremos a expressão *digital literacy*, que conforme o mesmo autor, e ainda na mesma obra, o relatório sobre desinformação e *fake news* do Parlamento Britânico, de 2019, defende como o quarto pilar da educação, ao lado da leitura, da escrita e da matemática.

Schneider (2019, p. 73) arremata:

Competência em informação é a noção consagrada na literatura brasileira em Ciência da Informação como tradução do original em inglês *information literacy*. Grosso

modo, diz respeito à habilidade de se localizar e fazer bom uso da informação adequada, de modo a atender determinada necessidade. Entende-se que essa habilidade poder ser desenvolvida mediante o aprendizado. Isso vale tanto para mediadores [bibliotecários] quanto para usuários da informação.

Cabe aqui, a Competência Crítica em Informação ligada às bases de pensamento frankfurtiano e marxista, dentre outros, tais como Lukács e a sua reificação, Marcuse e o seu homem unidimensional, Bourdieu e seu *habitus*, enfim, uma competência reflexiva sobre as maneiras como as fontes informacionais são constituídas e ofertadas, despertando o indivíduo para a noção capital do regime informacional vigente no começo deste século XXI.

Segundo Schneider, são sete os níveis da Competência Crítica em Informação (CCI):

- a) nível da concentração: suspensão da cotidianidade, dos pré-juízos e pré-conceitos, concentração em uma problemática no tempo e espaço;
- b) nível instrumental: é o da competência em informação, também chamada letramento digital, isto é, do domínio dos instrumentos técnicos e dos recursos informacionais, como bases de dados, sistemas de busca e recuperação de informação *etc*;
- c) nível do gosto: expansão da ideia de necessidades e ou desejos informacionais, tanto dos usuários como dos mediadores (bibliotecários ou profissionais da informação), socialmente mediados em um contexto histórico e cultural, como produto de necessidades e experiências que formam o nosso jeito particular de interagir com as informações, e que leva ao gosto pelo saber ou conhecer, afinal, a verdade factual;
- d) nível da relevância: questionamento sistemático da relevância de determinadas informações;
- e) nível da credibilidade: questionamento da credibilidade de determinadas informações;
- f) nível da ética: aplicada, não no sentido moral, do bem ou do mal, do justo ou injusto, mas das implicações dos usos indevidos ou da instrumentalização da informação a favor de pré-juízos, pré-conceitos, de interesses que favoreçam uma política de informação estabelecida em detrimento de uma minoria, no sentido sociológico do termo, de uma classe em relação a outra;
- g) nível da crítica: conhecimento e apropriação das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação.

Dessa forma poderemos nos mover nesse cenário de transformações instantâneas da pós-modernidade. Pelo pensamento crítico, pela Competência Crítica em Informação (CCI), fundamentada na Teoria Crítica da Informação, que por sua vez emana da própria Ciência da Informação.

3 REGIMES DE INFORMAÇÃO

Regimes de informação, na prática, podem ser considerados como regimes de verdade, de visibilidade, de linguagem, de políticas de informação e comunicação, e que portanto, medeiam a informação, seja ela pública ou privada, entre o estado e seus cidadãos, entre empresas e consumidores, entre a ciência, suas instituições e seus participantes, que está presente em qualquer processo ou fenômeno informacional, particular ou geral, local ou global.

De acordo com Maria Nélide González de Gómez, o termo surge em um contexto internacional não muito distante, nos fóruns internacionais, onde os novos arranjos institucionais e econômicos eram propostos junto com a globalização da economia pós anos 1990, que trazia as novas demandas das tecnologias informacionais que se incorporavam às estruturas produtivas dos mais diversos países.

O uso do conceito de regime [...] tem surgido justamente no horizonte das relações internacionais, onde demandas e expectativas de transações e acordos bi e multilaterais careciam de suportes institucionalizados e legitimados por todos os participantes, não só em termos da formalização jurídica das normas, mas também das proposições normativas que, sem ter ancoragem jurídica, têm peso regulatório em diferentes circunstâncias. E isso, que acontecia no cenário internacional, se reproduziria em nível dos Estados Nacionais e das ordens normativas de escopo e abrangência local (GÓMEZ, 2019, p. 139).

Vemos nos últimos anos o potencial transformador que plataformas, e suas correspondentes corporações, como a Uber, a Amazon, a Meta, antes *Facebook*, e a própria Alphabet, mais conhecida como Google, sem falar nos seus congêneres asiáticos, têm trazido. Embora elas pareçam surgir espontaneamente da rede possibilitada pelas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC), como no esforço de inteligência coletiva empregado, agora, na busca pela vacina da COVID-19, elas não surgem por geração espontânea, mas de uma infraestrutura desenhada desde esses mesmos fóruns até nós – consumidores e/ou usuários de informação, muitas vezes com objetivos comuns e estratégias tácitas acordadas em estreitas interações sociais.

A virtualidade do tempo e do espaço no nosso dia a dia, seja no lazer ou no trabalho; a expansão das estruturas de pesquisa, com seus supercomputadores, desde a nanotecnologia, passando pela genética até a astronomia, são frutos dessa chamada Sociedade da Informação ou do Conhecimento, que designaria um novo regime informacional:

um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os

arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. (GÓMEZ, 2002, p. 34).

Entre o público e o privado, não só, mas principalmente em democracias liberais e de mercado, entra outro foco, a política de informação em instituições, organizações e agências governamentais. Segundo Frohmann (1995) os estudos de política de informação na área da Ciência da Informação se limitavam, na maioria dos casos, a focar em maximizações técnicas e gerenciais de eficiência de fluxo de informações de documentos governamentais. Tratava-se de departamentalizar as questões, tanto na prática quanto epistemologicamente ou disciplinarmente, tratando a informação tão somente como objeto ou mercadoria, típico da sociedade de mercado norte-americana, atribuindo o seu valor como se fosse mais uma *commodity* (para ele, uma ingenuidade) relegando a segundo plano outros elementos vitais para existência de uma política de informação, como a sua influência na audiência, na publicidade, na ciência, na tecnologia, no discurso.

3.1 Regimes de Verdade

Pode estar aqui o cerne da questão da pós-modernidade e seu relativismo, desde o mundo científico até a religião, onde já suscitava debates, dentro de uma das maiores de suas representantes, a Igreja Católica, do Papa Bento XVI, alemão, que renunciou em 2013, e do atual, Papa Francisco, argentino. Pós-modernidade que passou a ser quase sinônimo de decrepitude do homem moderno, pelo não alcance do progresso que aconteceria quase que por deriva natural da expansão do conhecimento e da vontade autorrealizável promissora do Iluminismo.

Nessa pós-modernidade estaríamos mais livres para sermos o que somos, o nosso verdadeiro “eu”, expressarmos o que pensamos, gostar do que gostamos, fazer o que desejamos, e em última instância, encontrar a verdade por onde queiramos. Segundo Schneider (2019), esse pensamento se alicerça em três premissas:

- a) a recusa do pensar iluminista, ou da filosofia e ciência ocidentais como ponto de referência da racionalidade;
- b) a recusa ao universal, tido como algo que fatalmente nos levaria a totalitarismos, mesmo admitindo certo pluralismo de ideias, por meio de consensos, mesmo que frágeis, por não se aterem às suas contradições intrínsecas;

- c) a recusa da perspectiva dialética, que admite, senão assegura, as possibilidades de identificação e ao mesmo tempo de transformação dinâmicas daquilo que pode ser universal, particular ou singular.

O problema, ainda segundo o autor, estaria nos excessos desse relativismo. Embora seja salutar que a Ciência avance ao questionar os seus paradigmas, quando esse relativismo põe em dúvida a existência da verdade real, factual, surge um problema sério, para o qual Schneider propõe que retomemos a Ética, a Filosofia, a Perspectiva dialógica ou dialética, como formas de nos situarmos melhor, e assim podermos abordá-lo de forma mais profícua, o que a pós-modernidade parece ser incapaz de fazê-lo, como com tantas outras questões, como da identidade e da subjetividade, que tem sido tão objetivada (ou objetificada) pelo neoliberalismo e seu regime informacional atual.

Tal regime (ou tais regimes) tem se desvelado ao observador menos desatento, justamente neste momento em que a humanidade organizada em sociedades de mercado, em sua maioria, cujos representantes se reúnem em cúpulas e fóruns locais, regionais ou internacionais, parecem repetidamente fracassar na obtenção de consensos mínimos, com força política necessária para começar a se implementar mudanças efetivas na atual matriz de produção, em direção a uma transição energética do modelo baseado em combustíveis fósseis para uma matriz de modelo mais sustentável, por exemplo.

É notório que as poderosas indústrias do petróleo, do agronegócio, alimentícia e farmacêutica, em todo o mundo, para ficarmos em alguns exemplos, claramente se entrincheiraram a fim de retardarem essa mudança necessária.

Enquanto atores como esses não conciliarem o atendimento da maximização de lucros aos acionistas, majoritários ou minoritários (extração máxima da mais-valia), com o movimento onde se desfazem dessa velha matriz e assumem o controle corporativo da nova, essas mudanças que interessam a grande maioria das populações do planeta serão retardadas ao máximo, com a ajuda primordial desse regime informacional. Não sendo à toa o quanto bancos e grandes mineradoras, por exemplo, destinam de seus recursos financeiros e jurídicos a seus braços publicitários, que divulgam suas ações de marketing em plataformas digitais como que a ludibriarem, em uma ação própria de ilusionismo, o público ou a plateia em um teatro midiático que não pode parar, vinte e quatro horas por dia, em uma verdadeira operação de redução de danos de imagem, como um tratamento profilático aos efeitos colaterais de suas ações postergadas.

São grupos econômicos globais mais ricos do que muitos países, difíceis de serem regulados. A reunião do G20 – grupo das vinte maiores economias do mundo –, realizada em outubro de 2021, aprovou a intenção de implantação de um imposto de 15% sobre multinacionais a fim de coibir as suas práticas de burla às legislações fiscais e tributárias nacionais por meio de paraísos fiscais.

O debate, no entanto, é solapado diuturnamente, ao longo dos anos, quiçá décadas, por esse regime informacional, mormente financiado e estruturado pelos representantes e lobistas dessa poderosa matriz produtora capitalista, agora informacional, plataformizada e maximizada pelas TDIC, como pudemos notar. E claro, legitimada, hodiernamente, desde o meio científico, filosófico, econômico, político, social e culturalmente por essa pós-modernidade, que não consegue apreender a humanidade como identidade, isto é, com o que há de comum a todos os seres humanos, aquilo que os aproxima, a despeito de suas individualidades, particularidades ou singularidades (SCHENEIDER, 2019).

Um dos fenômenos que esse atual regime informacional tão bem difundiu, é a pós-verdade (*post-thuth*) – que a pós-modernidade parece não dar respostas convincentes, por sua própria recusa à perspectiva dialética – antigo fenômeno, com novas nuances:

pós-verdade é uma expressão que se popularizou nos últimos anos e que alude a uma nova modalidade de um velho fenômeno sócio informacional, a saber, o fato de crenças infundadas exercerem maior influência na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais. Sua especificidade consiste no papel das redes sociais digitais em sua formação, mediante a circulação de *fake news*, informações mentirosas de aparência jornalística que impregnam essas redes, em escala ao mesmo tempo massiva e ultra direcionada, com o intuito de favorecer determinados grupos de poder. (SCHNEIDER, 2019, p. 74).

Não é de hoje nem de ontem que a mentira existe, seja como arma de guerra, ou mesmo como característica singular do ser humano. As crenças, os mitos, fazem parte da humanidade desde os seus primórdios, do que lhe é próprio. O diferencial agora está na configuração do regime informacional, munido das novíssimas ferramentas sociotécnicas de informação e comunicação, estruturado por grandes corporações como as *big techs*, como já mencionamos, quase que totalmente livres de regulação, mais poderosas até do que países, que se aproveitam desse domínio tecnológico aplicado nas mais diversas esferas do capitalismo atual, seja na publicidade, na medicina, na automação de processos, e por fim nas finanças, influenciando de forma disfuncional, ou no mínimo, desigual, nos rumos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade.

Aproveitam-se da letargia institucional, vivendo em uma espécie de simbiose com o poder vigente nas grandes potências mundiais, onde se encontram as suas sedes, para acumular poder e riqueza de forma inédita, a ponto do famigerado presidente da Rússia, Vladimir Putin, em 2017, ter declarado que quem dominar a arte dos algoritmos governaria o mundo.

Nos primeiros dias de outubro de 2021, houve uma parada de funcionamento das plataformas digitais do Whatsapp e do Instagram, do grupo Meta. Milhões de pessoas que se comunicam ou se conectam através dessas plataformas para entretenimento, trabalho, pesquisa científica ou outra coisa que possa se valer delas, foram afetadas. Repentinamente, tiveram que suspender as suas atividades cotidianas. Assim, de uma hora para outra, de um dia qualquer, a partir do momento que essas plataformas às quais estavam conectadas pararam de funcionar.

Prejuízos econômicos e informacionais (ruídos na comunicação), certamente, foram contabilizados. Mas será que a rede midiática (do regime informacional vigente) precisou ter o trabalho de reportar fatos como esses? Afinal, para quê? Para quem? É um exemplo de como a nossa sociedade vem lidando com as chamadas *big techs*, de como nossa relação com elas precisa a todo momento ser repensada, e de como o seu modo de funcionamento deve ser regulado urgentemente, tanto por instituições estatais, como da sociedade civil.

Segundo Nemer (2021, p. 1) “Nunca antes se teve um ambiente tão favorável a mudanças substanciais no modus operandi [*sic*] das ‘big tech’...” como esse apagão da Meta. Para o professor do Departamento de Estudos de Mídia da Universidade da Virgínia, especialista em *fake news* e sua propagação em mídias digitais, seria uma oportunidade ímpar, que não deveríamos deixar passar, para exigirmos transparência e regulação desses grandes agentes que compõem o atual regime informacional global.

Ainda diante dessa eventual falha técnica da Meta, foi possível constatar, de maneira excepcional, que a chamada desintermediação no processo informacional, com o uso das novas TDIC, mereceria maiores estudos, como nos aponta Pimenta (2019). Pois ficou demonstrado cabalmente, que para acessarmos e usufruirmos os recursos informacionais digitais, imagéticos ou hipertextuais, necessitamos cada vez mais dos especialistas em informação, e não o contrário. A intermediação ou mediação somente passou a ser menos visível, mas muito mais presente do que pensaríamos.

Eles só mudaram de lugar, em vez de estarem presentes no mesmo ambiente físico que nós, usuários da informação, se encontram agora por trás das nossas telas e redes, invisíveis mas não quase inexistentes, muito pelo contrário, quase onipresentes. Por exemplo, a

classificação e indexação da informação feita de forma automatizada por robôs aranhas que varrem a rede mundial de computadores com os seus bancos de dados de imagens, textos, algoritmos e *tags*, aperfeiçoados por aprendizados de máquina é de complexa visualização e entendimento para não especialistas, mas muito real, como podemos ver.

Classificar é parte do fenômeno/processo informacional. Portanto, dá forma. Empresas, organizações públicas e privadas, Estados são cada vez mais capazes de nos classificar e de se informar sobre as ações referentes a nossa localização, nossa mobilidade e, principalmente, nossas preferências, tendências e desejos a partir dos dados coletados sobre nós. (PIMENTA, 2019, p. 134).

3.2 A Cotidianidade de Heller

Suspensões em grande escala em nosso cotidiano, provocadas pela pane de plataformas como essas, trazem mais perturbação às suspensões da cotidianidade da qual nos fala Heller, essas sim, necessárias às searas da Filosofia, das Artes e do fazer Ciências (HELLER, 2004, *apud* SCHNEIDER, 2019). Para a autora, a cotidianidade é marcada pela dispersão e pela heterogeneidade dos pensamentos e das ocupações do cotidiano maquínico das pessoas em sua rotina, aparentemente natural, mas determinada por hierarquizações econômico-sociais em última instância.

Esse cotidiano alienante em si, não é de todo prejudicial, mas necessário à vida, à sobrevivência humana, e ademais, como que dotado de brechas às margens, que podem e devem ser exploradas, em momentos de suspensão próprios, por actantes como cientistas, filósofos, artistas, estadistas, ativistas *etc*, que agem no que ela denomina de suspensão da cotidianidade, onde há uma concentração da singularidade humana, do esforço do indivíduo em uma tarefa, que refratando nas estruturas universais acaba por se refletir de volta no que há de mais individual e mais humano, como por exemplo, na fé, nas crenças, nos afetos.

É diante dessas suspensões da cotidianidade que a humanidade avança, claramente, de forma não linear, mas trans-histórica, importante deixar claro. No entanto, quando essas brechas que lhe são próprias são invadidas pela cotidianidade alienante, hiperalimentada ou reproduzida pelos regimes infocomunicacionais autocentrados, narcísicos, como os que encontramos nas suas bolhas de redes sociais, é que os regimes das democracias representativas caem, degeneram, e o relativismo impera, tudo e nada se misturam.

Em um mundo onde o neoliberalismo econômico, simbiótico, que a tudo camufla e objetifica para extrair a sua mais-valia e alienar, a Filosofia e a Dialética histórica poderão apontar o caminho nesta nova etapa da humanidade, onde ocorrem suspensões drásticas da

cotidianidade, no sentido alienante da expressão, podendo ser sinônimas de transformações cada vez mais rápidas, para bem ou mal; e no sentido mais amplo e aprofundado, que requer uma verdadeira Competência Crítica em Informação (CCI), que possibilitará vislumbrá-las com maior acuidade, como fenômeno ou objeto a ser explorado cientificamente, e assim permitir adentrarmos nesse seu imbricado regime informacional.

Eis aqui um dos objetivos específicos vitais desta pesquisa, pois remete ao objetivo geral, tanto à Teoria Crítica em Informação quanto às Práticas Informacionais, levando em consideração a atual configuração tecnológica e informacional da sociedade, e a importância da própria CCI, na busca por novas abordagens, como a do Modelo de Harlan, para o estudo de fenômenos como as bolhas de desinformação.

3.3 As Bolhas de Desinformação

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento ainda se debruçam sobre os diversos fenômenos que emanam do atual regime informacional, de difícil investigação, seja por sua magnitude, por seu estado de constante variabilidade, instabilidade e pouca transparência por parte de seus maiores agentes, além é claro, da própria especificidade de uma de suas principais estruturas tecnológicas, que é a rede digital de comunicações, sendo a Internet, uma de suas partes mais conhecidas.

Dentre esses, não será difícil encontrar os que concordam com a afirmação de que o atual regime informacional tem sido responsável por importantes benefícios, como as redes de pesquisas que se formaram para criação de vacinas como a da COVID-19, ainda que simultaneamente, tenha se constituído em terreno fértil para o florescimento e ou fortalecimento de fenômenos ou movimentos preocupantes, como a infodemia e os movimentos antivacina, típicos de desinformação, que agregam desde conteúdos pseudocientíficos, políticos, de teorias conspiratórias até religiosos.

Embora a infodemia seja um fenômeno complexo, cujo conceito ainda esteja em consolidação, tendo sido observado em outras epidemias, mas com menor alcance, ele pode ser compreendido como a produção e circulação de informações em larga escala, proporcionada pelo uso de redes sociais e dispositivos móveis em ambiente informacional de **crise sanitária** (OMS 2018, 2019 *apud* MASSARANI *et al.*, 2021, grifo nosso), podendo ocorrer por curtos períodos de tempo, ou se prolongar por períodos maiores, como podemos observar na atual pandemia, e que envolvem um ou vários assuntos ao mesmo tempo, distorcidos por boatos,

informações incorretas e notícias falsas, o que contribui para a hesitação vacinal, movimentos antivacina e contra a adoção de medidas de contenção.

A médica Margareth Maria Pretti Dalcolmo, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e integrante do Expert Group for Essential Medicines List da OMS (desde 2015), em entrevista *on-line* ao programa de televisão Cena Pública, da TVCeará, foi categórica:

é muito surpreendente o que aconteceu [...], o Brasil tem uma tradição enorme e muito bonita de adesão às vacinas, eu trabalho nesse serviço [...] houve realmente uma contaminação nociva, no sentido dos movimentos antivacina, e evidentemente contaminaram, criando um medo que não existe na população brasileira, sempre quando algum pai ou alguma mãe, é ... enfim, me procura pra falar sobre isso eu devolvo a pergunta perguntando a eles “o Sr., por acaso, se perguntou, a Sra., ficou preocupada quando o seu bebezinho de seis meses recebe uma vacina pentavalente?”, ou seja, são cinco vacinas ao mesmo tempo que é aplicada e que é uma coisa espetacular, [...] essa desinformação, enfim, aplicada de maneira muito deliberada fez muito mal às famílias (DALCOLMO, 2022, entrevista *on-line*).

Isso pode ser corroborado, por exemplo, pelas várias notícias veiculadas pela imprensa, seja em portais *web*, televisão, e até mesmo rádio, sobre lotes de vacina que tiveram o seu prazo de validade expirado à espera do público-alvo a ser vacinado, a despeito das campanhas de esclarecimento pelas Secretarias de Saúde e do noticiário sobre os números da pandemia. Seria por demais complexo, atestar categoricamente, que isso seria resultado de bolhas de desinformação, no entanto, que há fortes indícios de sua contribuição para tal, sim.

A desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganosa que é criada, apresentada e divulgada para ganho econômico ou para enganar intencionalmente o público, e pode causar danos públicos. Os danos públicos incluem ameaças aos processos democráticos políticos e de formulação de políticas [ao debate público], bem como aos bens públicos, como a proteção da saúde dos cidadãos [indivíduos ou grupos sociais] [...], o meio ambiente ou a segurança. A desinformação não inclui reportar erros, sátira e paródia, ou notícias e comentários partidários claramente identificados [...] abordagens e ações em curso em relação a conteúdos ilegais (EUROPEAN COMMISSION, 2018, p. 3-4)

A Comissão Europeia em parceria com grandes empresas de publicidade, proprietários de grandes marcas e de plataformas digitais, além de verificadores de conteúdo, vem propondo ações para combater a desinformação que remontam a 2015, e se consolidam nesta atual pandemia de COVID-19, em forma de códigos de práticas e planos de monitoramento, que incluem indicadores de avaliação da eficácia dessas ações a serem adotadas pelas plataformas, tais como: combate às contas falsas e de *bots* maliciosos; desmonetização de disseminadores de desinformação; aumento da visibilidade de fontes confiáveis e rebaixamento de conteúdos duvidosos ou que possam causar danos públicos; ferramentas que permitam aos

usuários sinalizarem determinados conteúdos como falsos, que redirecionem os usuários para conteúdos confiáveis emitindo alertas de conteúdo falso; promoção do acesso aos dados por pesquisadores; padronização desses dados, para a adoção por todas as plataformas em toda a União Europeia nos próximos anos.

Ainda assim, essas ações parecem ser tímidas, pois mesmo tendo detectado um grande número de conteúdo com informações falsas relacionadas à COVID-19, elas dificilmente detectaram operações coordenadas de desinformação com foco específico no COVID-19, por exemplo. Isso pode ser atribuído à desafios tecnológicos mas também às questões jurídicas, éticas e até mesmo econômicas.

Sabe-se que o modelo de negócios dessas plataformas é manter os usuários conectados o máximo possível em seus produtos e serviços, através de técnicas que levam o usuário a maximizar o número de seus cliques, pela curiosidade ou por apelo emocional, em um verdadeiro sistema de estímulo-recompensa, a rolar a tela de seus dispositivos sem ver o tempo passar, minerando e perfilando os seus dados, monetizando os seus perfis através de publicidade personalizada, principalmente.

Em uma lógica consumista, de engajamento e de pertencimento, plataformas ou rede sociais como Instagram, TikTok, Kwai, Facebook, Google, Amazon *etc*; mensageiros instantâneos como o Whatsapp e o Telegram; *e-wallets* ou carteiras digitais como Picpay, Paypal, SamsungPay, ApplePay; e tantos outros serviços ou produtos oriundos desse ecossistema digital, como o Pix, método instantâneo de transações digitais do Banco Central Brasileiro (Bacen), ou as *fintechs*, que trabalham com produtos ou serviços financeiros, podendo ser consideradas verdadeiras *startups* – empresas que nascem com o propósito de atender demandas específicas de empresas ou pessoas de maneira escalável e por meio de tecnologias inovadoras –, o que pode ser estendido para as *healthtechs*, *enertechs*, *adtechs*, *lawtechs*, *agritechs*, além dos bancos digitais, que operam totalmente por meios digitais (BANCO BV S.A., c2022), podem fazer quem não esteja ligado direta ou indiretamente a esse ecossistema, parecer um sujeito “fora da bolha”, o que convenhamos é quase impossível.

O [chamado] “filtro bolha” é um conceito utilizado para denominar a ação dos algoritmos como filtros no ambiente virtual, que atuam como motores de previsão que influenciam e direcionam o acesso de conteúdo baseado no perfil e hábitos de consumo do usuário dando a sensação de eficiência na busca de ideias e informações, mas restringindo a maneira com a qual é realizada a pesquisa, ou mesmo, a definição de conteúdo. Esse mecanismo é muito utilizado, por exemplo, por buscadores como Google ou mídias sociais como o Facebook. (PARISER, 2011 *apud* SASTRE; CORREIO, C.; CORREIO, F., 2018).

O surgimento de filtros bolha e de câmaras de eco tem sido alvo de muitos estudos, sendo plausível afirmar que vivemos atualmente em um sistema complexo de mediação algorítmica e filtragem de informações na Internet, onde um dos seus principais agentes são os sistemas de recomendação de conteúdo (MARQUES, 2022), construídos a partir de algoritmos proprietários, não transparentes, e que em tese, expõem aos usuários conteúdos, basicamente de três formas:

- a) selecionado pelos usuários através de *tags*, curtidas, comentários, compartilhamentos, avaliações de conteúdo *etc*, essas informações são cruzadas e por similaridade chega-se a uma opção de conteúdo com maior probabilidade de ser “vista” pelo usuário-alvo do conteúdo a ser recomendado (filtragem colaborativa);
- b) selecionado pela comparação de conteúdos disponíveis dentro e fora da plataforma: se um usuário interage com determinado conteúdo, outro conteúdo que possua características ou atributos similares poderá ser recomendado ao mesmo usuário (filtragem baseada em conteúdo);
- c) selecionado tanto por filtragem colaborativa quanto por filtragem baseada em conteúdo (filtragem híbrida), é o caso da Netflix, por exemplo, que se vale das avaliações de seus usuários aos conteúdos de seu catálogo, mas também de dados e metadados colhidos dentro e fora de sua plataforma para alimentar o seu sistema de recomendações.

Para que tenham êxito, essas filtrações de conteúdo passam por aprendizagem de máquina (inteligência artificial ou *deep learning*), dada a imensa quantidade de dados e metadados que as plataformas coletam, como de local, horário, tempo de interação, preferências *etc*, e que precisam ser cruzados, analisados, categorizados, o que pode fazer de um *smartphone* e seus sensores uma poderosa fonte de informações.

Hoje, as plataformas são desenvolvidas para facilitar o consumo e compartilhamento de conteúdos, sejam eles verdadeiros ou falsos, sem que os usuários sejam motivados a sair dessas plataformas para fazer uma leitura completa dos textos dos artigos e matérias jornalísticas. Assim, os usuários tendem a ficar presos a manchetes que muitas vezes desinformam, são sensacionalistas, e/ou materializam o *clickbait* [quanto mais cliques em um conteúdo mais anúncios são exibidos e maior a geração de receita com publicidade]. Essas redes sociais, através dos seus algoritmos, criam as **bolhas filtro** em que as pessoas encontram apenas informações e opiniões que estão em conformidade e reforçam suas próprias crenças e vieses [...] As bolhas filtro geram assim o efeito **câmara de eco** no qual uma pessoa só encontra informações ou opiniões que refletem e reforçam as suas. As câmaras de eco podem criar desinformação e distorcer a perspectiva de uma pessoa, fazendo com que ela tenha dificuldade em considerar pontos de vista opostos e discutir tópicos complicados.

Cathy O’Neil [...] também enfatiza que a definição de sucesso para o Facebook, assim como para a maioria das redes sociais, se resume em manter as pessoas conectadas por muito tempo, clicando em anúncios. Assim a empresa ganha dinheiro. A autora lembra que o algoritmo do Facebook não foi desenhado para priorizar a verdade e os argumentos discordantes. Assim, devido ao seu modelo econômico, as redes sociais não se sentem motivadas a combater *Fake News*, já que o seu combate efetivo pode comprometer a sua renda (NEMER, 2020, p. 114, grifo nosso).

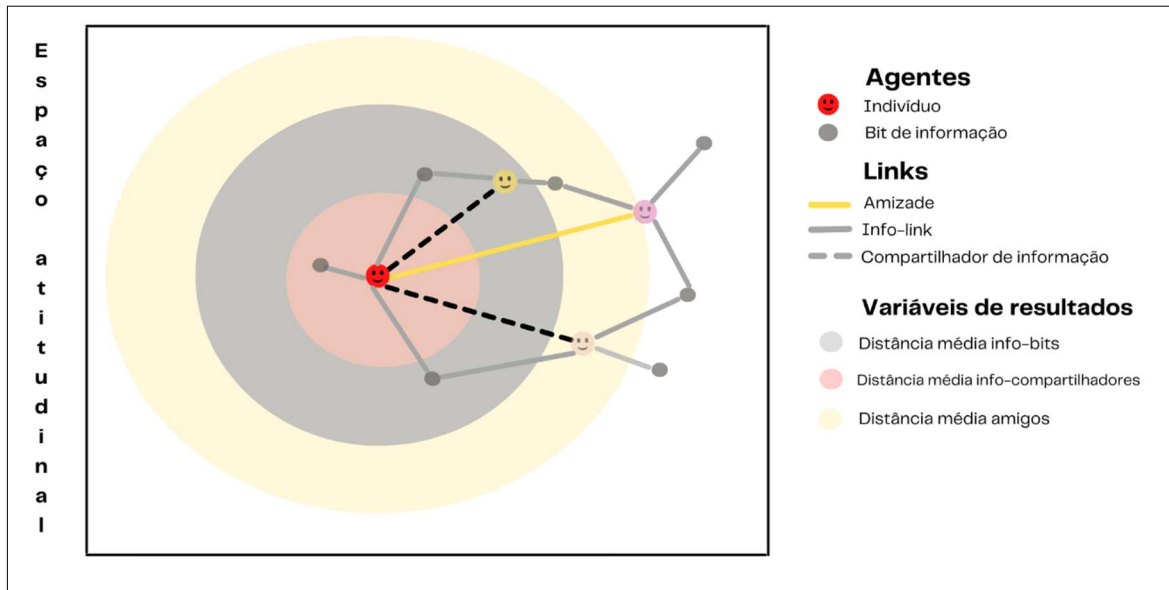
Estudo realizado por Daniel Geschke, Jan Lorenz, Peter Holtz, abordou essa questão dos filtros bolha através de modelagem baseada em agentes, conhecida pela sigla em inglês ABM – *Agent-Based Modeling*, que vem sendo utilizada em disciplinas das Ciências exatas, naturais e, mais recentemente, nas Ciências sociais e sociais aplicadas. São simulações artificiais feitas em ambiente computacional que buscam uma representação dos mecanismos centrais de fenômenos complexos a serem investigados.

Durante a simulação foram gerados indivíduos relativamente autônomos e aglomerados desses indivíduos, ou seja, grupos sociais artificiais. Esses modelos constituem-se, basicamente, de três entidades principais: os agentes, o ambiente e as relações entre estes.

Agentes podem representar indivíduos, grupos de indivíduos e objetos inanimados, tais como casas ou carros. A partir da interação, cada agente tem habilidade para acessar as circunstâncias locais próprias (memória, localização etc.) e de outros agentes, bem como do ambiente. Nesse sentido, a tomada de decisão informada sobre seu curso de ação futura é baseada em circunstâncias espaciais e temporais, suas, de seus interlocutores e do ambiente. (MADEIRA; FURTADO; DILL, 2021, p. 11).

Havia dois tipos de agentes: indivíduos e *bits* de informação, localizados em um espaço atitudinal, onde a posição de um *bit* representava a distância média em relação à posição provável em que haveria integração de mensagens por parte de um ou mais indivíduos; e a posição de um indivíduo, a sua atitude em relação aos *bits* e outros indivíduos. Para cada indivíduo, calculou-se a distância média de atitude para todos os *bits* de informação integrados em sua memória; a distância média de atitude para todos os compartilhadores de informação; e a distância média de atitude para todos os seus amigos. Para uma melhor visualização do modelo, ver a **Figura 1**.

Figura 1 – Representação de espaço atitudinal.



Fonte: adaptado de Geschke, Lorenz e Holtz (2019), pelo autor.

Links entre indivíduos representavam amizade ou elo social, já *links* entre indivíduos e *bits* significavam integração de conteúdo na memória do indivíduo, que por sua vez era limitada, e quando totalmente preenchida, caso o indivíduo tomasse a atitude de integrar um novo conteúdo, teria que compartilhar ou postar algum *bit* de conteúdo aleatório antes. *Bits* comuns a dois ou mais indivíduos demonstrava que eles compartilhavam conteúdo, ou seja, que eles eram compartilhadores. Poderia haver interação com conteúdo aleatório da rede compartilhado por outros indivíduos; da rede compartilhado por amigos de amigos dos indivíduos; e finalmente, da rede compartilhado por amigos dos indivíduos.

Chegou-se a três tipos de comunidades: a dos indivíduos que compartilhariam informações com outros; a dos indivíduos que compartilhariam informações apenas com outros que possuíssem atitudes muito semelhantes com as suas; e a dos indivíduos onde todos os seus amigos, bem como todos os compartilhadores de informações com outros teriam atitudes muito próximas. Ou seja, a primeira sociedade seria mais diversa, a segunda seria menos diversa, e a terceira menos diversa ainda, e propensa portanto, ao efeito filtro bolha ou info-bolha, como os autores preferiram nominar.

Foram testados diversos cenários onde variava o modo como os indivíduos eram expostos às novas informações: por descobertas individuais, sendo que cada indivíduo era exposto a um *bit* de informação e tentava integrá-lo; por anúncios em massa ou por recomendações personalizadas, quando todos os indivíduos tentavam integrá-lo; que se

encaixavam nas atitudes baseadas nos *bits* pré-existentes na memória dos indivíduos ou que desafiavam as atitudes dos indivíduos.

Os resultados demonstraram que, em diferentes extensões, somos motivados cognitivamente a procurar e adicionar partes de informação e ignorar ou negar conflitos ao nos depararmos com opiniões diferentes sobre temas conflitantes. Como mamíferos que somos, temos a tendência a buscar nos outros, características sociais semelhantes que compartilhamos com nosso grupo social, com os usuários de redes sociais não seria diferente.

Foi observado que havendo a possibilidade de postagem ou compartilhamento de informações (*info-bits*) por indivíduos compartilhadores que fizessem parte de aglomerados desconectados de outras comunidades, a tendência de formação de info-bolhas era maior do que quando não havia essa possibilidade, e que esses compartilhadores também aumentavam a chance de atração de outros indivíduos para as suas info-bolhas, o que fazia com que elas fossem amplificadas. Determinadas info-bolhas no espaço atitudinal não integravam os *bits* diversos aos quais eram expostos, bastando que os seus compartilhadores se conectassem a alguns outros compartilhadores, a alguma outra bolha, ou ainda a alguns *bits* próximos ou distantes para que se ampliassem, portanto, as mídias sociais podem manter info-bolhas bastante coesas, e por conseguinte, desconectadas de outras, e formadas por indivíduos de várias comunidades.

Ficou claro que os usuários de redes sociais muito homogêneas, com conteúdos informacionais radicalizados e polarizados, podem limitar as possibilidades de exposição a conteúdos diversos e contribuir para que essas comunidades evoluam através de sistemas de recomendação; de postagens ou compartilhamentos de conteúdos; e principalmente, da exposição a centrais de informação em massa (anúncios ou notícias) em conjunto com os processos cognitivos individuais, para formação de info-bolhas e câmaras de eco, desconectadas, formadas por indivíduos com atitudes semelhantes, baseadas em informações que ninguém de fora compartilha. (GESCHKE, LORENZ, HOLTZ, 2019).

4 DOS ESTUDOS DE USO ÀS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Pouco a pouco a Biblioteconomia foi deixando o seu papel funcionalista, de conservador do patrimônio material/imaterial da sociedade, para uma ação mais pensada, refletida e crítica, como podemos perceber no papel cultural que as bibliotecas públicas desempenham até os dias atuais, para o qual, muito contribuíram os Estudos de Usuários, que remontam à Universidade de Chicago, quando na década de 1930 foram realizados os primeiros estudos com usuários de bibliotecas voltados para a identificação de hábitos de leitura e para o potencial socializador da biblioteca (LEITÃO, 2005 *apud* ARAÚJO, 2012).

No começo, serviam mais como pesquisa de avaliação e planejamento de sistemas de informação: como os usuários usavam a biblioteca, o que mais acessavam, como acessavam, o que mais solicitavam, o tempo que permaneciam em seu ambiente, o tempo que gastavam em uma busca. Levantavam-se dados para construção e aproveitamento de indicadores para melhoria do atendimento. Passou-se a perceber por exemplo, que o usuário tendia a querer a informação que estivesse mais fácil ao seu alcance, mesmo que fosse de menor qualidade, preferindo assim o acesso à qualidade da informação (a chamada lei do menor esforço). Sendo isso ainda tão atual quanto há décadas, ainda mais a partir do uso massivo das tecnologias digitais de comunicação.

Esse olhar mais voltado às práticas dos usuários despertou o interesse da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que florescia com a comunicação científica no contexto da Guerra fria e corrida aeroespacial, eficaz em fazer com que os usuários pudessem acessar e recuperar informação armazenada através dos sistemas de representação bibliográfica da forma mais ágil e fidedigna possível (Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver; Estudos de *Information Retrieval*). E para isso as bibliotecas e centros de informação passaram a consultar, observar e questionar mais de perto os seus usuários.

Esses estudos se basearam em conceitos, abordagens, perspectivas ou paradigmas da Ciência da Informação (ver **Quadro 1**), que por sua vez, deram origem a modelos ou abordagens de estudos de usuários centrados nos sujeitos (ver **Quadro 2**).

Quadro 1 – Principais paradigmas da Ciência da Informação.

<i>PARADIGMA OU MODELO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>FOCO</i>	<i>TRAÇOS MARCANTES DAS PESQUISAS</i>	<i>TEORIAS OU TEÓRICOS</i>
TRADICIONAL, FÍSICO OU POSITIVISTA	década de 30, com usuários de biblioteca; década de 40 até 70, com pesquisadores, cientistas e técnicos	acesso, busca e uso da informação	Uso de questionários, elaboração de perfis sóciodemográficos	Claude Shannon e Warren Weaver (Teoria Matemática da Comunicação); Estudos de <i>Information Retrieval</i> ; Informação como “coisa” de Buckland
MODELO COGNITIVO	década de 70	o sujeito que preenche lacunas de conhecimento, “estado anômalo de conhecimento” (na expressão de Belkin)	Acrescentam-se estudos em outros ambientes como educacionais, governamentais, empresariais e de saúde	Belkin, Brookes, Ingwersen e Vakkari

Quadro 1 – Principais paradigmas da Ciência da Informação continua conclusão.

MODELO ALTERNATIVO	década de 80 em diante	aprofunda a abordagem cognitiva do sujeito	Busca por maior Fundamentação teórica e metodológica	Dervin, Nilan, Belkin, Ellis, Kuhlthau, Wilson, Ferreira, Lima (no Brasil)
PARADIGMA SOCIAL	meados da década de 90 até hoje	a informação vista como uma construção social, por sujeitos em interação	Busca por maior Fundamentação teórica e metodológica	Capurro, Hjørland, Frohmann, Brier
ABORDAGEM INTERACIONISTA OU CONSTRUCIONISMO SOCIAL	atualmente	aprofunda a abordagem social	Aprofundamento teórico e metodológica	Tuominen, Talja e Savolainen Choo Taylor

Fonte: o próprio autor.

o usuário é social, mas isso não significa nem que ele seja determinado pelo coletivo, nem isolado deste: ele é ao mesmo tempo construtor desse coletivo (o coletivo é construído pelos sujeitos concretos que pertencem a ele) e também construído por ele. E, por fim, acessar e usar informação é tanto uma ação cognitiva quanto, também, uma ação emocional, cultural, contextual [até porque é aí que as ações ou práticas ganham sentido] (ARAÚJO, 2012, p. 149-150).

Quadro 2 – Principais abordagens do paradigma centrado no usuário.

<i>MODELO</i>	<i>ABORDAGEM</i>
WILSON (1981)	Modelo baseado nas seguintes proposições: as necessidades de informação têm sua gênese nas necessidades básicas do sujeito, (fisiológicas, cognitivas e afetivas), logo não é uma necessidade primária, mas sim, secundária; e, diante da busca de informação para satisfazer sua necessidade, o sujeito pode deparar-se com barreiras individuais, pessoais, interpessoais e ambientais.
DERVIN (1977)	Conjunto de premissas conceituais e teóricas para analisar como pessoas constroem sentidos nos seus mundos e como elas usam a informação e outros recursos nesse processo. Procura lacunas cognitivas e de sentido expressas em forma de questões que podem ser codificadas e generalizadas a partir de dados diretamente úteis para a prática da comunicação e informação. (situação > lacuna > uso) .
BELKIN, ODDY BROOKS (1982)	A abordagem do estado anômalo do conhecimento (<i>Anomalous States of Knowledge</i>) focaliza pessoas em situações problemáticas, em visões da situação como incompletas ou limitas de alguma forma. Usuários são vistos como tendo um estado de conhecimento anômalo, no qual é difícil falar ou mesmo reconhecer o que está errado, e enfrentam lacunas, faltas, incertezas e incoerências, sendo incapazes de especificar o que é necessário para resolver a anomalia. (situação anômala > lacunas cognitivas > estratégias de busca).
TAYLOR (1986)	A abordagem de valor agregado (<i>User-values ou Value-added</i>) focaliza a percepção da utilidade e valor que o usuário traz para o sistema. Pretende fazer do problema do usuário o foco central, identificando diferentes classes de problemas e ligando-os aos diferentes traços que os usuários estão dispostos a valorizar quando enfrentam problemas. (problema > valores cognitivos > soluções).

Quadro 2 – Principais abordagens do paradigma centrado no usuário continua conclusão.

<p>ELLIS, (1989) ; ELLIS, COX e HALL (1993)</p>	<p>Modelo de comportamento de busca de informação que parte do pressuposto de que o processo de busca se dá por meio de aspectos cognitivos, construído por etapas que não acontecem de forma sequencial, características gerais que não são vistas como etapas de um processo. Inicialmente se baseia em seis categorias de análise: Iniciar, Encadear, Vasculhar, Diferenciar, Monitorar, Extrair.</p>
<p>KUHLTHAU (1994)</p>	<p>Modelo denominado de <i>Information Search Process</i> e se baseia no conceito de estado anômalo do conhecimento de Belkin (1982). Segundo Kulthau (1994), o <i>Information Search Process</i> é um modelo potencializado pela Teoria do construtivismo em que a aprendizagem de um novo conhecimento se realiza por uma construção individual e ativa e não pela transmissão. O processo se desenvolve em seis estágios: Iniciação, Seleção, Exploração, Formulação, Coleta e Apresentação. Cada estágio se caracteriza pelo comportamento do usuário em três campos de experiência: o emocional, o cognitivo e o físico.</p>
<p>CHOO (2003)</p>	<p>Modelo que ressalta três propriedades da busca e do uso da informação: a) o uso da informação é estabelecido a partir do significado que o indivíduo lhe impõe, a luz de suas estruturas emocionais e cognitivas; b) o uso da informação é situacional. O indivíduo faz parte de um meio profissional ou social, que afeta, diretamente, suas escolhas para o uso da informação; c) o uso da informação é dinâmico, interagindo com os elementos cognitivos, emocionais e situacionais do ambiente, que impulsionam o processo de busca da informação, modificando a percepção do indivíduo em relação ao papel de informação e os critérios pelos quais a informação é julgada.</p>

Fonte: Adaptado de Costa, Silva e Ramalho (2009, p. 08-09).

ainda que a necessidade e o desejo de informação se situem num plano individual, não se pode dissociar o indivíduo de sua **cultura**. [...] Jesse Shera compreendia que o armazenamento e a recuperação do vasto volume de informações registradas, decorrido das inovações tecnológicas surgidas em meados dos anos 1950, não resolveriam *per si* o problema da geração e acesso aos conhecimentos pela sociedade. Para ele, mesmo que todo o sistema de informação opere com base em tecnologias

capazes de dar soluções satisfatórias ao problema da recuperação, é um erro não considerar o **contexto** no qual essas informações são produzidas e acessadas. (SILVA; NUNES, 2014, p. 247, grifo nosso)

Percebe-se que a tendência contemporânea desses estudos é aproximar os avanços nos estudos sociodemográficos de uso da informação; sobre o comportamento informacional dos sujeitos (de carácter cognitivo) e do paradigma social de Capurro, em uma abordagem interacionista, que desfaça a ideia de linearidade do modelo de comportamento informacional, que traz a ideia de uma falta ou necessidade, busca e uso da informação; ou, em uma abordagem intersubjetiva e fenomenológica, defendida por Wilson, que permitiria compreender o fenômeno no contexto vivo das pessoas vivendo na situação concreta de interações com outras pessoas, interações essas que seriam capazes de superar algumas dicotomias que têm marcado, historicamente, o campo: sujeito ativo / sujeito passivo, significado na mensagem / na mente do usuário, usuário cognitivo / emocional e cultural. (ARAÚJO, 2012).

A abordagem tradicional atomiza a informação, ao passo que a abordagem alternativa atomiza o indivíduo, singularizando-o. A abordagem fenomenológica sintetizaria as duas, superando muitas dessas dicotomias.

Ora adotando uma abordagem mais tradicional, ora outra mais alternativa, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, podem achar o equilíbrio necessário ao desenvolvimento de sistemas de informação mais eficazes, olhando os usuários com um olhar menos funcionalista ou sistêmico, e mais holístico, ou seja, se os usuários demandam mais e mais informações ao longo do tempo, deveríamos indagar: por quê? como? para quê? será que são informações de que necessitam, realmente? quais são as suas práticas informacionais?

4.1 Quadro Intelectual e Teórico Norteador das Práticas Informacionais

O conceito de práticas informacionais tem sua origem nas Ciências Sociais e Humanas. Algumas de suas teorias norteadoras podem ser elencadas, como no **Quadro 3**.

Quadro 3 – Teorias das Ciências Sociais e Humanas que fundamentam as práticas informacionais.

<i>AUTOR</i>	<i>TEORIAS</i>	<i>VERTENTES</i>
LALLEMENT (2004)	voltadas para a lógica de funcionamento do sistema social	culturalismo, o funcionalismo e o estruturalismo

	voltadas para as contradições do social, com ênfase nos conflitos que a perpassam e a estruturam	marxismo, pós-marxismo e historicidade
	voltadas para a construção social, que tomam os indivíduos como ponto de partida das investigações, dando lugar preferencial para os atores	pragmatismo, interacionismo e etnometodologia
Dicotomias	ator/sistema , ordem/conflito	
CORCUFF (2001)	que buscaram partir das estruturas sociais para chegar às interações entre os indivíduos	Elias Bourdieu Giddens
	que buscaram o contrário, partir das interações para chegar às estruturas sociais	Berger Luckmann, Schutz, Cicourel, Garfinkel, Callon, Latour, Elster
Dicotomias	idealismo/materialismo, sujeito/objeto, coletivo/individual	
BOURDIEU (1972)	fenomenológica, que analisa as maneiras como o mundo é visto, pelos sujeitos, como algo natural, óbvio, evidente – e que ficaria, portanto, num nível subjetivo	interacionismo simbólico etnometodologia
	objetivista, que analisa as relações objetivas que estruturam as práticas, de forma independente do ponto de vista subjetivo dos agentes ou dos indivíduos	marxismo estruturalismo
	teoria praxiológica ou da <i>práxis</i>	relacional
Dicotomias	objetivismo/subjetividade , estruturado/estruturante	

Quadro 3 – Teorias das Ciências Sociais e Humanas que fundamentam as práticas informacionais continua conclusão.

<i>Contribuição de outros autores acerca de outros aspectos</i>		
<i>AUTOR</i>	<i>TEORIA</i>	<i>VERTENTES</i>
HELLER (1992)	do valor social, carregado de objetividade, emanante das atividades nas mais diversas esferas da vida cotidiana do ser humano	relacional
Dicotomias	individualidade/genericidade	
CERTEAU (1994)	da invenção do cotidiano pelo homem através das suas práticas	relacional
Dicotomias	táticas/estratégias	
HALL (2000; 2003)	da identidade como processo, isto é, de como unidade que nunca se completa	relacional
Dicotomias	essencialista (o que somos)/processo (o que nos tornamos)	
PIAGET (1975)	Teoria do conhecimento Piagetiana	relacional
Dicotomias	assimilação/acomodação	
FREIRE	Teoria da prática pedagógica	relacional
Dicotomias	transferência de conhecimento/autonomia do sujeito	

Fonte: adaptado de Araújo (2017).

Isso posto, a ideia de práticas informacionais consistiria “na aplicação de uma certa forma de compreender o sujeito e o processo de conhecimento” (ARAÚJO, 2017, p. 228). É a partir de teorias e conceitos como esses que a Ciência da informação e a Biblioteconomia tem desenvolvido novas abordagens ou perspectivas de pesquisa na área dos estudos de usuários, que continua com os seus estudos de uso e comportamento de usuários, baseados em uma visão mais positivista e funcionalista, ainda que, por vezes cognitivista, mas caminhando cada vez mais para efetivamente estudar os usuários da informação em seus contextos reais, na sua práxis cotidiana, práxis significando aqui, “um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los” (CHAUÍ, 2008, p. 23).

O seu conceito se consolida na Abordagem ou Paradigma Social da Ciência da Informação: que procura ver a informação como uma construção social, por sujeitos em interação; tem suas origens na obra de Jesse Shera, atualmente representado pelas teorias de Bernd Frohmann, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Søren Brier; surge a partir de meados da década de 1990 e vem até hoje se consolidando na busca por maior fundamentação teórica e metodológica.

Com aportes das Ciências Sociais e Humanas (Sociologia, Antropologia e Estudos Culturais), áreas que buscam estudar os sujeitos a partir da compreensão da realidade social em que ele se insere, as suas interações e os seus reflexos, permite investigar as ações sociais, e por conseguinte, as ações informacionais dos sujeitos, a partir de outros contextos que não sejam, necessariamente, profissionais ou acadêmicos, ligados a pesquisadores ou profissionais liberais, como *nonwork contexts*, do seu cotidiano e até do seu tempo livre.

Desta forma, práticas informacionais não se referem somente às fontes e aos canais formais de informação, mas também àqueles fora do trabalho ou do meio científico, às experiências do cotidiano dos sujeitos, sejam ordinárias recorrentes ou rotineiras, principalmente em contextos socioculturais vivenciados pelos sujeitos: como ler um jornal ou livro; assistir à televisão; ouvir rádio, *podcast* ou um áudio livro; navegar, jogar ou se encontrar pela *web*; postar uma foto ou seguir um perfil em alguma rede social; em uma conversa sobre um assunto qualquer ao encontrar com conhecidos no caminho de volta da padaria ou qualquer outro lugar.

Reijo Savolainen (2007 *apud* ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017, p. 39) considera práticas informacionais como um conceito guarda-chuva adequado para investigar e descrever fenômenos relacionados à busca, ao uso e ao compartilhamento da informação. Fatores contextuais e sociais influenciam esses fenômenos e são abordados de forma distinta daquela dos estudos sobre comportamento informacional.

4.2 Modelo de Práticas Informacionais de Mary Ann Harlan

A importância do Modelo de Práticas Informacionais de Harlan está em reforçar as Práticas Informacionais como método de Estudos de usuários. O seu mérito está em abordar espaços digitais onde há a cultura participativa, colaborativa e de compartilhamento de conhecimentos, partindo de interesses mútuos, onde adolescentes interagem com o objetivo de

representação de tal conhecimento, seja na transformação do seu *background* informacional e cultural, ou até na criação de um novo conteúdo, representado e compartilhado.

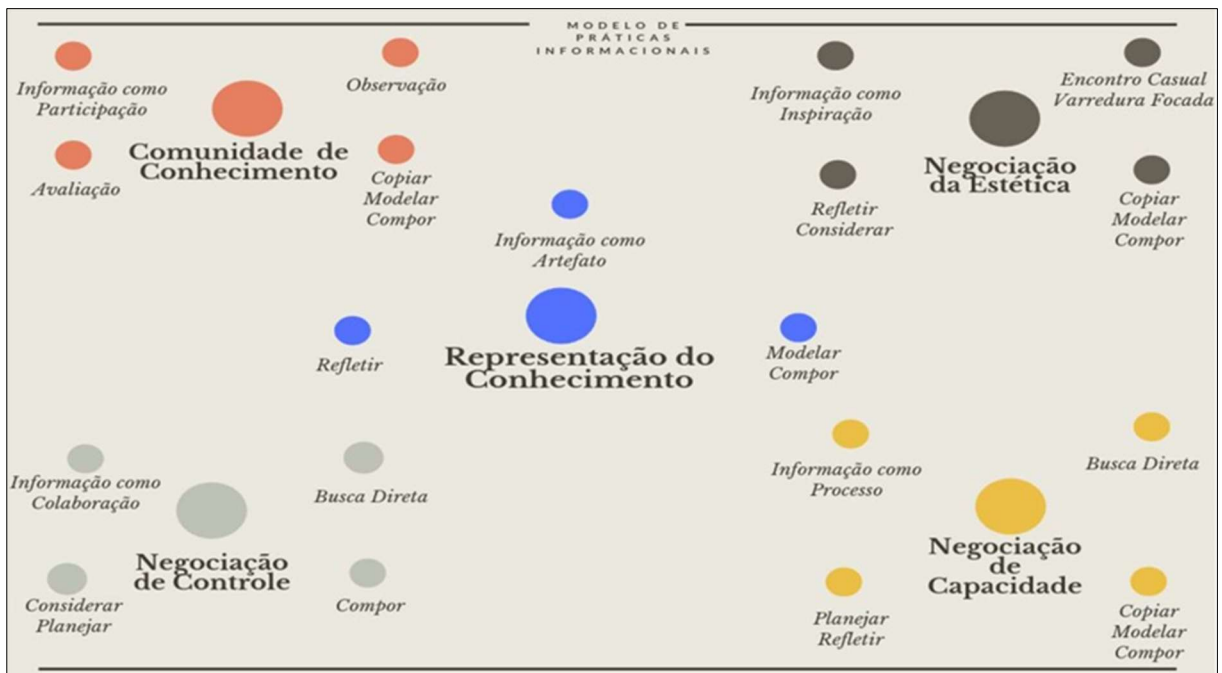
Conforme Jenkins (2009, p. 30) a expressão cultura participativa

contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes [...] alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros.

Outro diferencial do Modelo de Harlan foi ter conseguido mapear, a partir da coleta dos dados, verdadeiras categorias subjacentes, não tão bem explicitadas pelos modelos anteriores, mesmo que esses já tivessem captado algumas delas. Como o de Reijo Savolainen – conhecido como ELIS, sigla do inglês *Everyday Life Information Seeking* (Busca da Informação na Vida Cotidiana), uma espécie de precursor de modelos de práticas informacionais ou de busca de informação na vida cotidiana; e o de Pamela Mackenzie – Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais, no qual temos duas etapas sequenciais, uma de conexão, quando a fonte é identificada e o contato é estabelecido, e outra de interação, quando o sujeito informacional interage com a fonte escolhida. (ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017, p. 47).

Essa precisão metodológica, é acompanhada de uma ampla descrição das práticas informacionais observadas, como podemos visualizar na **Figura 2**.

Figura 2 – Modelo de práticas informacionais em comunidades digitais de Harlan.



Fonte: Adaptado de Harlan, Bruce e Lupton (2014 *apud* CARVALHO, 2020, p. 68).

E que de acordo com Nunes e Carneiro (2018, p. 162),

não são engendradas isoladamente, mas geradas num universo mais amplo, orientando-se, em alguma quantidade e qualidade, por referenciais previamente estruturados. Os indivíduos até podem exercitar certa autonomia ao identificarem, buscarem, avaliarem e compartilharem informações levando em conta suas motivações profissionais ou pessoais, no entanto, estas encontram-se também subjacentes a construtos sociais mais amplos.

A questão das atividades recorrentes a que o Modelo de Harlan parece se referir, nos remete à noção das ações informacionais, como atividades ou ações iterativas, não só interativas, na comunidade de aprendizagem, como forma de melhorar um conteúdo, por exemplo, vem ao encontro da Teoria da Prática de Bourdieu, com o seu *habitus*, verdadeiras estruturas que estão sempre se reconstruindo conforme as mudanças que ocorrem dentro dos ecossistemas ou campos sociais, de que também nos fala Bourdieu, com os quais os sujeitos se relacionam, onde convivem ou se inserem, como no caso das comunidades digitais.

habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador [com poder de agência] e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 60-61).

São práticas sociais ou informacionais, representações de conhecimento exteriorizadas ou explicitadas, em forma de produto, inovação, conteúdo, artefato, criatividade, regras, normas, valores morais e éticos *etc*, socialmente estruturados e ao mesmo tempo internalizados de forma reflexiva. Forma essa que Giddens chama de monitoração reflexiva da ação (CARVALHO, 2020), que é a capacidade humana de observar as próprias ações e ao mesmo tempo a dos outros, alterando o próprio contexto, espaço ou campo social, a partir de micro assimilações em suas próprias práticas, como por exemplo, quando do advento das novas tecnologias digitais, ao aprender a usá-las como ferramentas para participar de comunidades com interesses mútuos, regras e normas particulares.

Ainda de acordo com Carvalho (2020, p. 33), na Teoria da Estruturação de Giddens

não importa a experiência do indivíduo, nem a coerção da estrutura, mas analisar as práticas sociais em um determinado espaço-tempo, de forma que se possa captar como as relações sociais se mantêm estáveis e como elas reproduzem as práticas sociais [que] orientam a vida em sociedade, são de natureza recursiva, pois não são criadas pelos atores, mas continuamente recriadas por eles, através dos meios em que se expressam enquanto atores. Para uma melhor compreensão de como funciona as práticas, o autor remete a ideia de reflexividade enquanto aquilo que perpetua as práticas sociais.

As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores. (GIDDENS, 2003, p. 2-3).

Para Harlan, as práticas informacionais surgem a partir da interseção das experiências de informação e das ações informacionais dos usuários ou sujeitos participantes de comunidades digitais. Onde experiências de informação seriam o resultado da interação social, num processo participativo e colaborativo, das ações dos sujeitos participantes, membros ou usuários das comunidades, em contato com a informação já construída, sendo construída ou a ser construída. E as ações informacionais seriam as atividades ou as ações recorrentes, resultado das interações sociais dos participantes dessas comunidades, que se consolidam ao longo do tempo, em qualquer medida, tornando-se o que poderíamos nominar de comportamento ou práticas, ao interagirem com a informação. O que pode ser visualizado no **Quadro 4 e na Figura 3**.

[Harlan] estudou as práticas informacionais de adolescentes norte-americanos criadores de conteúdos digitais, tais como blogs, vídeos e outros. O método utilizado foi a teoria fundamentada [...], segundo a qual a teoria emerge dos dados. Dados foram coletados em entrevistas semiestruturadas com onze participantes e dois anos de observações em comunidades digitais das quais eles eram membros e subsidiaram a construção de uma teoria sobre as práticas informacionais desses adolescentes. (HARLAN, 2012, *apud* ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017, p. 50).

Quadro 4 – Categorias de Experiências de Informação e Ações Informacionais.

<i>EXPERIÊNCIAS DE INFORMAÇÃO</i>	<i>AÇÕES INFORMACIONAIS</i>
Informação como Participação: vivenciada como a interação social dentro de uma comunidade que expunha as normas e regras de interação.	Coleta: ocorre através das atividades de pesquisa por informação, busca direta, encontro casual.
Informação como Inspiração: vivenciada no contexto da vida cotidiana, muitas vezes acidentalmente.	Compreensão: ocorre na interação com a informação, em atividades de reflexão planejamento, <i>etc.</i>

<p>Informação como Colaboração: experimentado através do compartilhamento de conhecimentos e habilidades para melhorar o desenvolvimento de conteúdo.</p>	<p>Criação: atividades de cópias, modelagem e adaptação de um novo conteúdo.</p>
<p>Informação como Processo: ocorre através da criação de conteúdo, a partir da compreensão de quais ferramentas estão disponíveis e ao domínio do uso das ferramentas.</p>	
<p>Informação como Artefato: refere-se ao conteúdo criado, uma representação concreta do conhecimento partilhado</p>	

Fonte: Adaptado de Harlan, Bruce e Lupton (2014 *apud* CARVALHO, 2020, p. 38).

Figura 3 – Mapa conceitual de Práticas Informacionais de Harlan.



Fonte: elaborado pelo autor.

As práticas informacionais surgem a partir da interseção das experiências de informação e das ações informacionais dos usuários ou sujeitos participantes de comunidades digitais.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se caracteriza como de natureza básica, de abordagem qualitativa, bibliográfica quanto aos procedimentos e exploratória do ponto de vista dos objetivos.

As pesquisas básicas caminham simultaneamente às pesquisas aplicadas, mesmo que por vezes, não as percebamos, certamente porque essas últimas podem ser mais visíveis em nosso cotidiano, em face das tecnologias, muito embora, as duas constituam o todo que chamamos Ciência, conhecimento científico, ou ainda, técnico-científico.

Conforme Koiller *et al.* (2018), em virtude de sua natureza, a pesquisa básica busca trazer novos paradigmas ou abordagens sobre os fenômenos naturais, quando a biologia estuda o funcionamento dos vírus, a física estuda o Universo, a matemática é aplicada na melhoria dos modelos climáticos *etc.* E também sobre os fenômenos sociais, aprofundando nossa compreensão sobre as diferentes culturas e aspectos da vida social, dos conflitos modernos, dos sistemas políticos e tantas outras temáticas. Elas estão na base do que conhecemos como ciências aplicadas.

Toda pesquisa precisa de um levantamento bibliográfico prévio, “torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não ‘descoberta’ de ideias já expressas”, como nos aponta Marconi e Lakatos (2017, p. [240]). Entretanto, na pesquisa bibliográfica esse levantamento requer um elevado patamar de atenção e importância, podendo ser necessário revisá-lo com frequência, o que não implica em desorganização, mas sim, em (re)aproximações temáticas, teóricas, de esclarecimento, de aprofundamento de questões e reflexões acerca do objeto de estudo.

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo [...]. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Deve ser ampla ou exaustiva, no sentido de se aproximar ao máximo do conhecimento atual sobre a temática; crítica e criativa na aplicação e articulação dos conceitos, atenta aos objetivos e à pertinência das informações.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses *etc.* Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a

serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2017, p. [93]).

Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico em bases de dados, repositórios institucionais, *websites*, livros, *e-books*, trabalhos acadêmicos, periódicos científicos, plataformas de material audiovisual, documentos de instituições governamentais e privadas que se encontravam disponíveis para consulta pública, nacional e internacionalmente. Para isso, foi usada a leitura técnica, que segundo Dias e Naves (2007, p. 29) “consiste numa leitura direcionada para certas partes do documento onde vai-se encontrar elementos especialmente importantes para a identificação do assunto ou assuntos do documento” como títulos, sumários, resumos e referências, isto é, para as indicações de assuntos próximos ou próprios à temática pesquisada. Essa leitura mostra-se adequada também para documentos audiovisuais e em diversos suportes, além de permitir ao pesquisador fazer uma pré-seleção das fontes e dos documentos bibliográficos mais relevantes para a pesquisa.

Em um segundo momento, usou-se a leitura flutuante, o que segundo Minayo (2007) requer do pesquisador um contato intenso com o conteúdo do material, e analisou-se a pertinência dos documentos, confirmada a pertinência, iniciou-se a coleta de dados e/ou informações propriamente dita, etapa em que os questionamentos foram mais suscitados e, conseqüentemente, necessitaram de um maior aprofundamento teórico, alcançado através de releituras do material, a fim de compreender melhor certos aspectos, conceitos e teorias, o que serviu para dirimir dúvidas, cotejar melhor os dados e/ou informações e assim fundamentar a sua análise e interpretação. Conforme Lima e Mioto (2007, p. 42) “a coleta de dados contribui tanto para a melhor definição do objeto de estudo [...], quanto para aprofundar no decorrer da análise os aspectos que ainda se demonstram confusos ou contraditórios.”

Ao mesmo tempo levando-se em conta que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2017, p. [32]).

Na fase da escrita procurou-se ir além da compreensão do quadro teórico, buscando traduzir as ideias centrais dos complexos fenômenos investigados, muitas vezes recorrendo a recursos visuais, de forma esquematizada e estruturada, visando a uma melhor explanação dos achados.

a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado [...] dos fenômenos estudados em seus contextos [...] através da [...] análise de diferentes

fontes que possam ser cruzadas — que atinge níveis de compreensão que não podem ser alcançados [senão dessa forma] (GOLDENBERG, 2004, p. 50).

um bom estudo qualitativo não se limitará a concluir e confirmar o que se espera que seja o resultado, e sim produzirá novas ideias e formas de ver as coisas [...] estudadas. Isso significa que a qualidade na pesquisa qualitativa é desenvolvida e produzida no campo de tensão entre a criatividade (teórica, conceitual, prática e metodológica) e o rigor (metodológico) no estudo dos fenômenos (FLICK, 2009, p. 91).

Rigor não apenas no sentido tradicional, de aplicação de abordagens, mas no sentido de como o processo avançou, como as ideias se desenvolveram e foram trabalhadas. Como as configurações sociais latentes se apresentaram, foram analisadas e compreendidas.

Nesse esforço de descobrir o que já foi produzido cientificamente em uma determinada área do conhecimento, é que a pesquisa bibliográfica assume importância fundamental, impulsionando o aprendizado, o amadurecimento, os avanços e as novas descobertas nas diferentes áreas do conhecimento. (PIZZANI *et al.*, 2007, p. 56).

6 DISCUSSÃO

Pode-se responder a alguma crítica à ciência ou à tecnologia com axiomas como o de que elas se encarregarão de resolver os problemas que criarem, de acordo com o seu modo de ser ou proceder, nos fazendo crer que isso possa até ser possível, contudo, não é o que se constata. Problemas que alcançam grandes contingentes populacionais, como por exemplo, as pessoas que ainda não se vacinaram ou deixaram de tomar alguma dose de reforço contra a COVID-19: dentre elas podem estar muitas que alegam que não atenderam ao chamado das campanhas de vacina por não acreditarem na eficácia da vacina fabricada em determinado país ou de algum laboratório específico; e muitos dos que aceitaram ser vacinados com alguma dose, o fizeram por pressão exercida pelo grupo social onde se encontravam. Há um forte componente das relações sociais, políticas e econômicas, e dos regimes de informação nisso.

No Brasil, cerca de setenta e cinco por cento da população tem algum acesso à Internet, segundo o Relatório de Notícias Digitais 2022 do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo, em parceria com a Universidade de Oxford. Como os *smartphones* são usados para estudar, trabalhar, jogar, *streaming*, transações bancárias, compras, consultas médicas, se comunicar através das redes sociais *etc*, depreende-se que uma parcela imensa da população brasileira acesse a Internet por meio de *smartphones*, e por conseguinte, acesse notícias por meio deles.

Ainda de acordo com a pesquisa, que analisou o acesso às fontes de informação do brasileiro, através de 2.022 questionários, as notícias serão cada vez mais acessadas por meio de redes sociais. Para notícias, o Youtube ficou em primeiro lugar na preferência entre os entrevistados, na sequência vieram Whatsapp, Facebook, Instagram, Twitter, TikTok e Telegram. A pesquisa considerou o YouTube uma mídia social (ou rede social) como o Facebook ou outra, e o Instagram e o TikTok *idem*, mas esses, com características de redes sociais mais visuais, assim como o Snapchat, que aparece na pesquisa, mas com resultados irrisórios para notícias, até assistentes de voz foram considerados no levantamento, mas seus resultados foram considerados irrelevantes para notícias.

Esse levantamento pode ser observado como uma fotografia do atual cenário do regime informacional no país, em ambiente de eleições gerais, atravessando sérias crises política, social, econômica e sanitária.

Recapitulando que os sistemas de recomendação são parte do ambiente de consumo de notícias em redes sociais e que com um mundo de novidades disponíveis a qualquer

momento, eles podem ser necessários para descobrir conteúdos de interesse. Por outro lado, podem também potencializar o envolvimento de leitores ou consumidores/produtores de notícias em info-bolhas ou bolhas filtro, reforçando as suas crenças existentes e contribuindo para a polarização e isolamento atitudinal, expondo-os apenas às notícias que se encaixam em seus perfis de consumo informacional.

Muitas dessas bolhas filtro, que podem ser de pura desinformação, estão relacionadas a duas questões principais: uma é social, cognitiva e informacional, que é a propensão do ser humano a compartilhar, interagir com ou integrar determinadas ideias com as quais se identifica, mesmo que duvidosas, mentirosas, verdadeiras, ou simplesmente por serem novidade ou até surpreendentes; e a outra, é econômica e tecnológica, pois virou um modelo de negócio das *big techs*.

Algumas iniciativas têm sido importantes no combate à desinformação, uma das principais são as redes de verificadores de conteúdo, juntando pesquisadores com atores institucionais, privados e da sociedade civil, estimulando as boas práticas jornalísticas tanto na mídia corporativa quanto na mídia alternativa ou independente. Ao lado de outras, apontando na direção da educação para Competência Crítica em Informação, por exemplo, quando ajudam o público a aprender como identificar conteúdos suspeitos ou duvidosos publicados em redes sociais ou *websites*; fornecem treinamento para profissionais da informação; fortalecem a exigência por transparência algorítmica, banimento de práticas discriminatórias, redução do discurso de ódio e aplicação de mecanismos regulatórios às *big techs*.

A partir do cenário atual, elas continuarão evoluindo tecnologicamente a passos largos e sem regulação ou transparência, embora, tenham tomado iniciativas como parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil para correção das distorções dos seus sistemas que têm trazido sérios problemas, é pouco, mas já é um começo quando elas reconhecem, ainda que pressionadas pela opinião pública, que algo está errado e precisa ser feito. Contudo, não tocam onde é a principal questão, os algoritmos, não sabemos como a publicidade é distribuída, somente depois que os relatórios internos aparecem na imprensa por uma denúncia de um(a) funcionário(a), ou por uma investigação jornalística independente, é que sabemos das gravíssimas realidades por trás das nossas telas.

Segundo Nemer (2021), somente a real noção do funcionamento do seu modelo de negócio, de como elas faturam, e por exemplo, conseguem pôr países inteiros a depender de suas plataformas, o que prova que é um grande negócio que vale muito mais que os riscos envolvidos, acompanhado de mudanças em marcos regulatórios, leis antimonopólio, e o

permanente escrutínio por agências reguladoras dos seus algoritmos poderiam corrigir as distorções que vemos atualmente.

A questão do direito aos dados e por conseguinte à privacidade é tão candente, que a diretora de segurança cibernética da organização Electronic Frontier Foundation (EFF), à época do debate sobre a revisão pela Suprema Corte dos Estados Unidos da lei que criminaliza a prática do aborto naquele país, se posicionou em seu perfil no Twitter, nos seguintes termos:

Se você estiver nos Estados Unidos e estiver usando um aplicativo de rastreamento de menstruação, hoje é um bom dia para excluí-lo antes de criar uma coleção de dados que serão usados para processá-la se você for optar fazer um aborto. (GALPERIN, 2022, tuíte, tradução nossa).¹

Segundo Oliveira (2020), vivemos na sociedade do capital comunicativo, onde a experiência de consumo foi gamificada, onde o neoliberalismo engendrou esse consumo de forma a converter as características naturais e lúdicas dos jogos, que sempre coexistiram junto às relações produtivas, de trabalho e consumo, em mecanismos de engajamento de consumidores, por meio de dispositivos, plataformas digitais, de produtos e serviços, em prol da maximização de lucros, seja pelo TikTok, Twitter, comunidades de *E-sports etc.* Por exemplo, para ter acesso a determinados benefícios na Uber, o cliente do serviço pode acumular pontos através do Uber Rewards, tornando-se um cliente ouro, diamante ou platina, obtendo assim, motoristas com boas avaliações e veículos melhores, mas para isso, ele terá que realizar muitas viagens, a fim de alcançar tal *status* dentro da comunidade de clientes da Uber.

É nesse contexto de elementos objetivos e subjetivos, externos e internos ao sujeito; resultado da construção de significados ou percepções; como um local concreto ou abstrato; como um estado, uma situação, um agente; como algo espontâneo ou gerado no tempo e espaço, cotidiano ou não, mas de todas as formas, fruto de interações sociais e culturais, que as práticas informacionais dos sujeitos inseridos em bolhas de desinformação podem ser investigadas através do Modelo de Harlan, que mostra-se apto à complexidade de fenômenos como esses, pela sua robustez teórico-metodológica aplicada às práticas informacionais em comunidades digitais.

¹ No original em inglês: If you are in the United States and are using a menstruation tracking application, today is a good day to delete it before creating a collection of data that will be used to process it if you choose to have an abortion.

7. CONCLUSÃO

A Teoria Crítica da Informação mostrou-se ser uma lente eficaz sobre a complexa rede do regime informacional vigente, ampliando-nos a visão acerca das suas estruturas em níveis micro, meso e macro, e propondo maneiras de enxergar que nos possibilitam caminhos cientificamente seguros na busca por soluções para algumas problemáticas, que somente ficaram mais visíveis, agora na pandemia de COVID-19, pela velocidade que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação assumiram.

Entre algumas dessas estão: o direito à privacidade digital, isto é, à proteção dos dados do cidadão, seja por governos ou empresas; a falta de transparência das *big techs*; a publicidade *on-line*; a exclusão digital; a transição do jornalismo convencional para o digital; a desinformação; a desigualdade de renda no mundo, haja vista o quanto as pessoas mais ricas ficaram ainda mais ricas durante a pandemia de COVID-19, e não por coincidência, dentre elas estão muitos dos acionistas e proprietários das *big techs*.

As bolhas de desinformação são um fenômeno complexo e oportuno ao Modelo de Práticas Informacionais de Harlan, em especial, por ele abordar comunidades digitais formadas por indivíduos com interesses mútuos onde há busca, uso, criação/produção e compartilhamento de informação.

A partir do aprofundamento teórico proporcionado pela pesquisa foi possível ampliar os conhecimentos acerca das temáticas estudadas, bem como alcançar os objetivos propostos, e ao mesmo tempo, compreender que o contexto dos regimes de informação se transforma rapidamente com novos dados que, por sua vez, requerem novas abordagens de pesquisa.

A teoria crítica se propõe a realizar diagnósticos da realidade em âmbito histórico-filosófico, acrescentando a pesquisa empírica como uma segunda corrente de reflexão, em cooperação com outras disciplinas (HONNETH, 1999, p. 508 *apud* BEZERRA, 2019, p. 27). Baseando-se nessas premissas teórico-metodológicas aliadas às do Modelo de Harlan, com as devidas adaptações, como a construção de categorias de análise, torna-se factível a adoção de tal modelo para a pesquisa de práticas informacionais dos sujeitos inseridos em bolhas de desinformação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Ávila. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, [s. l.], v. 2, n. especial, p. 217-236, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>. Acesso em: 17 out. 2021.
- ARAÚJO, C. A. Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BANCO BV S.A.. Qual é a diferença entre banco digital e fintech? *In: Blog BV Inspira*, São Paulo, c2022. Disponível em: <https://www.bv.com.br/bv-inspira/inovacao/banco-digital-e-fintech>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In: BEZERRA, Arthur Coelho et al. IKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In: ORTIZ, Renato (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81. (Coleção Grandes cientistas sociais).
- CARVALHO, Rafaela Pereira de. **Práticas informacionais na estruturação da cultura participativa do fandom**: uma análise de as crônicas de gelo e fogo. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54332>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a “tradição” e o “alternativo”. **DataGramZero**, v. 10, n. 4, p. 1-12, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6946>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- DALCOLMO, Margareth Maria Pretti. COVID-19 e Dengue no Brasil: os desafios de conter as epidemias. [Entrevista concedida a] Cristian de Carli. **Programa Cena Pública**. Fortaleza: TVCeará, 2022. 1 vídeo (49 min. 30 s). Disponível em: <https://youtu.be/EDNTkuwnP60>. Acesso em: 27 maio 2022.
- DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.
- EUROPEAN COMMISSION. **Communication from the commission to the european parliament, the council, the european economic and social committee and the committee of the regions Tackling online disinformation: a European Approach**. Brussels: Publications Office of the European Union, 26 abr. 2018. Disponível em:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/4e3e13a9-4937-11e8-beld-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-260261904>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. **23rd ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE**, 7–10 de Junho, 1995, Edmonton, Alberta. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

GALPERIN, Eva. [**If you are in the United States and you are using a period tracking app**]. [S. l.], 3 maio 2022. Twitter: @Evacide. Disponível em: <https://twitter.com/evacide/status/1521568113250082816>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GESCHKE, Daniel; LORENZ, Jan; HOLTZ, Peter. The triple-filter bubble: Using agent-based modelling to test a meta-theoretical framework for the emergence of filter bubbles and echo chambers. **British Journal of Social Psychology**, United Kingdom, v. 58, n. 1, p. 129-149, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/bjso.12286>. Acesso em: 23 maio 2022.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 31 out. 2021.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n1.44357>. Acesso em: 31 set. 2021.

KOILLER, Belita *et al.* Pesquisa básica: a raiz da ciência. *In*: SILVA, Jerson Lima; TUNDISI, José Galizia (coord.). **Projeto de Ciência para o Brasil**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2018, p. 41-60. Disponível em: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-de-Ciencia-para-o-Brasil.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 08 fev. 2022.

MADEIRA, Lígia Mori; FURTADO, Bernardo Alves; DILL, Alan Rafael. Vida: simulando violência doméstica em tempos de quarentena. **Texto para discussão**: Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, n. 2633, p. 7-48, mar. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2633.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Ana. Como funcionam os sistemas de recomendação? **Tecnoblog**. [São Paulo], jan. 2022. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/como-funcionam-os-sistemas-de-recomendacao/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MASSARANI, Luisa Medeiros *et al.* Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da COVID-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-23, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5689>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

NEMER, David. Desinformação no contexto da pandemia do Coronavírus (COVID-19). **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [Curitiba], v. 9, n. 2, p. 113-116, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/77227/42052>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NEMER, David. O apagão do Facebook pode ser a nossa luz no fim do túnel: nunca antes se teve um ambiente tão favorável a mudanças substanciais no modus operandi das 'big tech'. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/o-apagao-do-facebook-pode-ser-nossa-luz-no-fim-do-tunel/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

NUNES, Jefferson Veras; CARNEIRO, Bárbara Luisa Ferreira. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais: contribuições da Teoria da Prática. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [Ribeirão Preto], v. 9, n. 2, p. 150-168, set. 2018/fev. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/134406>. Acesso em: 20 maio 2021.

OLIVEIRA, Renata Couto de Azevedo de. Tecnocultura, Experiências de Consumo e o Consumidor Gamificado. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD*, 44., 2020, **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: ANPAD, 2020. p. 2177-2576. Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=106&cod_edicao_subsecao=1726&cod_edicao_trabalho=28670. Acesso em: 29 maio 2022.

PIMENTA, Ricardo M. Cultura da visibilidade informacional: estética e política da técnica no regime global de informação. *In: BEZERRA, Arthur Coelho et al. IKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Cap. 3. p. 117-170.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas-SP, v. 10, n. 2, p.

53-66, jul./dez. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67014/39098>. Acesso: 16 dez. 2021.

SASTRE, Angelo; CORREIO, Claudia Silene Pereira de Oliveira; CORREIO, Francisco Rolfsen Belda. A influência do “filtro bolha” na difusão de Fake News nas mídias sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. **Revista GEMInIS**, São Carlos, UFSCar, v. 9, n. 1, p.4-17, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/366/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* **IKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Cap. 2. p. 73-116.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Antonio Wagner Chacon; NUNES, Jefferson Veras. Práticas informacionais como paradigma: por uma teoria social da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 237-255. Disponível em:

<http://enancib2014.eci.ufmg.br/programacao/anais-do-xv-enancib>. Acesso em: 23 mar. 2021.

THE SOCIAL dilemma. Direção: Jeff Orlowski. [*S. l.*]: Netflix, 2020. Streaming (94 min.). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81254224>. Acesso em: 27 nov. 2021.